

SILVA, Ana Maria Costa e; COSTA, Elisabete Pinto da – A Mediação e a Convivência em Contextos Educativos: caminhos de encontro e diálogo para o bem-estar e a paz. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 37 (2026) 11-21. ISSN 2182-7419. <https://doi.org/10.21814/config.7527>

A MEDIAÇÃO E A CONVIVÊNCIA EM CONTEXTOS EDUCATIVOS: CAMINHOS DE ENCONTRO E DIÁLOGO PARA O BEM-ESTAR E A PAZ

ANA MARIA COSTA E SILVAⁱ

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UMINHO); Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS-UMINHO); Instituto de Educação da Universidade do Minho (IE-UMINHO)

ELISABETE PINTO DA COSTAⁱⁱ

Centro de Estudos Interdisciplinares para a Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona (CeIED)

Um dos principais alicerces para o desenvolvimento e transformação da sociedade é a educação, que constitui um impulsionador fundamental para a formação integral dos cidadãos (OCDE, 2023; ONU, 2015; UNESCO, 1974, 2011). Os contextos educativos (escolas, centros educativos de vários níveis de ensino e formação e universidades) têm, assim, uma missão e responsabilidade importantes, não apenas na formação académica e científico-técnica, mas também na formação humanista, nos valores e na habilitação de competências e habilidades sociais, como a comunicação ética, a convivência, a gestão e resolução positiva e colaborativa de conflitos.

A crescente complexidade das sociedades atuais reflete-se inevitavelmente no interior das escolas. Transformações sociais, culturais e

ⁱ anasilva@ie.uminho.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8598-7243>.

ⁱⁱ elisabete.pinto.costa@ulusofona.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6255-4135>

tecnológicas têm contribuído para alterar as formas de relacionamento entre estudantes, docentes, famílias e outros membros da comunidade educativa. Ao mesmo tempo, intensificam-se debates sobre violência escolar, indisciplina, *bullying*, exclusão e dificuldades de comunicação entre os diversos atores educativos. Tais fenómenos revelam que o conflito não é um elemento estranho à escola, mas uma dimensão intrínseca à convivência humana.

As escolas e as universidades contemporâneas são um espaço profundamente plural, onde se cruzam identidades, valores, expectativas e experiências diversas. Este encontro de diferenças, embora seja uma das maiores riquezas do ambiente educativo, pode igualmente gerar tensões, incompreensões e conflitos (Silva, 2018; Guiomar e Silva, 2025a, 2025b).

Durante muito tempo, as respostas institucionais aos conflitos escolares foram predominantemente baseadas em modelos disciplinares de carácter punitivo. Regras rígidas, sanções e mecanismos de controlo constituíam os instrumentos privilegiados para lidar com comportamentos considerados desviantes ou perturbadores da ordem escolar. Embora tais estratégias tenham desempenhado um papel relevante na organização das instituições educativas, revelaram-se frequentemente insuficientes para abordar a complexidade relacional que caracteriza os conflitos contemporâneos.

Nas últimas décadas tem-se assistido à emergência de novas perspetivas que procuram compreender o conflito não apenas como um problema a eliminar, mas como uma oportunidade de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e social (Torremorell, 2008; Silva, 2010; Costa, 2019). A mediação de conflitos insere-se precisamente neste movimento de renovação paradigmática. Inspirada em princípios de diálogo, cooperação e participação, a mediação propõe uma abordagem que privilegia a escuta ativa, o reconhecimento mútuo e a construção conjunta de soluções.

Nos contextos educativos, a mediação tem vindo a afirmar-se como um recurso pedagógico particularmente relevante. Mais do que um simples método de resolução de disputas, ela representa uma estratégia educativa que contribui para o desenvolvimento de competências

socioemocionais fundamentais, tais como a empatia, a comunicação assertiva, a capacidade de negociação e o pensamento crítico. Ao envolver os próprios estudantes na gestão dos conflitos que emergem no cotidiano escolar, a mediação promove o protagonismo juvenil e reforça a responsabilidade individual e coletiva na construção de ambientes mais justos e inclusivos.

A literatura especializada (Torrego, 2006, 2008, 2023; Silva, 2010, 2014; Garcia-Arista, 2016; Costa *et al.*, 2021, 2025; Ibarrola-García, 2024; Cunha, 2025) tem demonstrado que programas de mediação escolar podem produzir efeitos significativos na melhoria do clima institucional. Diversos estudos apontam para a redução de comportamentos agressivos, o fortalecimento das relações interpessoais e o aumento do sentimento de pertença à comunidade escolar. Além disso, a mediação contribui para a construção de uma cultura de paz, na medida em que incentiva práticas de diálogo e cooperação em substituição de respostas baseadas na imposição ou na violência.

Importa, contudo, sublinhar que a implementação da mediação em contextos educativos não deve ser compreendida como uma solução simples ou imediata para os desafios da convivência escolar. Pelo contrário, trata-se de um processo que exige mudança cultural, formação adequada e compromisso institucional. A mediação implica repensar as formas tradicionais de autoridade, de gestão de conflitos e de participação na escola. Exige também a criação de espaços e tempos dedicados ao diálogo, bem como o desenvolvimento de competências específicas por parte de docentes, estudantes e outros membros da comunidade educativa.

Neste sentido, a mediação escolar deve ser entendida como parte integrante de uma abordagem mais ampla de educação para a cidadania democrática. A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos capazes de participar de forma responsável e construtiva na vida coletiva. Aprender a lidar com o conflito de forma pacífica e colaborativa constitui, neste quadro, uma competência essencial para a vida em sociedades plurais. A mediação contribui, igualmente, para reforçar a dimensão relacional da educação. Num contexto em que as pressões

institucionais e curriculares podem, por vezes, relegar para segundo plano os aspetos humanos do processo educativo, a mediação recorda-nos que ensinar e aprender são, antes de mais, experiências profundamente relacionais. O reconhecimento do outro, a capacidade de escuta e o respeito pelas diferenças constituem elementos centrais para a construção de comunidades educativas saudáveis.

Outro aspeto relevante da mediação em contextos educativos diz respeito ao seu potencial transformador. Ao promover processos de diálogo estruturado entre as pessoas envolvidas num conflito, a mediação não procura simplesmente restaurar uma ordem anterior, mas antes possibilitar a construção de novas formas de relação. Trata-se, portanto, de um processo que pode contribuir para transformar percepções, reconstruir vínculos e fortalecer a confiança entre os membros da comunidade educativa.

A mediação também se revela particularmente pertinente em contextos marcados por diversidade cultural e social. As escolas contemporâneas acolhem estudantes provenientes de múltiplas origens, com diferentes histórias de vida, valores e formas de expressão. Essa diversidade, embora enriquecedora, pode dar origem a mal-entendidos ou tensões. A mediação oferece recursos que permitem reconhecer e valorizar essas diferenças, criando condições para um diálogo intercultural respeitoso e construtivo.

Do ponto de vista pedagógico, a mediação convida igualmente a repensar o papel do professor. Em vez de assumir exclusivamente a função de autoridade disciplinadora, o docente pode tornar-se facilitador de processos de diálogo e aprendizagem relacional. Este papel não implica abdicar da responsabilidade educativa, mas antes exercê-la de forma mais participativa e reflexiva. A formação de professores em competências de mediação revela-se, por isso, um elemento essencial para o sucesso de iniciativas neste domínio.

Ao mesmo tempo, a participação ativa dos estudantes em programas de mediação – muitas vezes através da figura do mediador de pares – tem demonstrado grande potencial educativo (Sánchez e Domínguez, 2024; Torrego, 2006). Quando devidamente formados e acompanhados, os estudantes mediadores tornam-se agentes de mudança no interior

da escola, contribuindo para a disseminação de práticas de diálogo e cooperação entre os seus pares. Esta dimensão participativa reforça o sentido de pertença e de responsabilidade coletiva, elementos fundamentais para uma convivência escolar positiva.

A reflexão sobre mediação e convivência em contextos educativos insere-se, portanto, num debate mais amplo sobre o futuro da educação. Num mundo marcado por crescentes polarizações sociais, conflitos identitários e desafios globais complexos, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de formar cidadãos capazes de dialogar, cooperar e construir soluções comuns. As escolas e universidades devem permanecer atentas e comprometidas com esta realidade.

Neste sentido, a mediação pode ser entendida como parte de uma pedagogia do encontro. Trata-se de promover uma educação que valorize o diálogo, o respeito e a responsabilidade partilhada. Uma educação que reconheça o conflito como parte inevitável da vida social, mas que ofereça aos indivíduos recursos para o transformar em oportunidade de crescimento e aprendizagem.

O presente dossiê temático, dedicado ao tema *Mediação e Convivência em Contextos Educativos*, pretende contribuir para este debate, reunindo reflexões teóricas, investigações empíricas e experiências práticas desenvolvidas em diferentes contextos educativos. A diversidade de abordagens aqui apresentada reflete a riqueza e a complexidade do campo da mediação educativa, bem como a multiplicidade de caminhos possíveis para a promoção de uma convivência mais inclusiva e democrática.

Os textos que compõem este dossiê exploram diferentes dimensões da mediação em contexto educativo: desde os fundamentos teóricos que sustentam esta abordagem até à análise de programas concretos implementados em escolas; desde a formação de mediadores escolares até ao papel das políticas educativas na promoção de culturas de diálogo e participação. Em conjunto, estes contributos procuram oferecer uma visão abrangente das potencialidades e desafios associados à implementação da mediação nas instituições educativas. Mais do que apresentar respostas definitivas, este dossiê pretende abrir espaço para reflexão crítica e diálogo interdisciplinar. A mediação, enquanto

metodologia e prática social e educativa, encontra-se em permanente construção. O seu desenvolvimento depende da colaboração entre investigadores, profissionais da educação, mediadores e decisores políticos, bem como da capacidade de aprender com as experiências concretas que emergem nos diferentes contextos escolares.

Em última análise, refletir sobre mediação e convivência em contextos educativos é refletir sobre o tipo de escola, de universidades e de sociedade que desejamos construir. Uma escola centrada exclusivamente na transmissão de conhecimentos dificilmente conseguirá responder aos desafios do nosso tempo. Pelo contrário, uma escola que valorize o diálogo, a participação e o reconhecimento do outro poderá contribuir de forma decisiva para a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e solidários. Trata-se de um caminho exigente, que requer compromisso e aprendizagem contínua, mas que encerra um enorme potencial para a construção de comunidades educativas mais humanas e inclusivas.

O artigo de Helena Silva e Joaquim Alcoforado, intitulado *A Educação Inclusiva como um princípio fundamental: desafios e perspetivas*, estuda a educação inclusiva enquanto princípio estruturante das políticas educativas contemporâneas, convocando uma reflexão crítica sobre a sua efetiva concretização nos sistemas educativos. A partir de uma revisão narrativa da literatura e de uma análise comparativa de países signatários da Declaração de Salamanca, os autores discutem a evolução do conceito de inclusão e as tensões que atravessam a sua operacionalização. O estudo evidencia a persistência de ambiguidades conceptuais, nomeadamente a confusão entre inclusão e integração, bem como a existência de um hiato entre o enquadramento normativo e as práticas educativas. Entre os principais desafios identificados destacam-se a insuficiente formação docente em pedagogia inclusiva, a fragilidade das culturas colaborativas e as desigualdades estruturais que condicionam a implementação das políticas. Os autores concluem que a efetivação da educação inclusiva exige uma mudança paradigmática sustentada em transformação institucional, investimento formativo e compromisso coletivo, sublinhando a necessidade de alinhar os discursos políticos com práticas pedagógicas efetivamente inclusivas.

No artigo *A mediação social no contexto escolar brasileiro: perspectivas, necessidades e ações*, Thaís Farias de Almeida e Ivonaldo Neres Leite analisam a mediação social no contexto escolar brasileiro, enquadrando-a na denominada “era dos incidentes escolares”, marcada pela intensificação da violência e da conflitualidade nas instituições educativas. Com base numa abordagem teórico-empírica, sustentada na revisão da literatura e na análise de dados recolhidos em escolas do Nordeste do Brasil, os autores problematizam as manifestações da violência escolar e as suas determinações sociais, institucionais e relacionais. Evidencia-se que a violência não pode ser compreendida de forma isolada, estando profundamente articulada com desigualdades sociais, exclusão e fragilidades nos processos de socialização. Neste quadro, a mediação social é apresentada como um dispositivo relevante para a reconstrução de laços sociais e para a gestão construtiva dos conflitos, valorizando o diálogo e a participação. Todavia, os autores sublinham o caráter fragmentado destas práticas no contexto brasileiro, frequentemente dependentes de lógicas jurídico-institucionais e pouco integradas nos projetos pedagógicos. Identificam-se ainda limitações ao nível da formação dos profissionais e da articulação entre políticas e práticas. Conclui-se que a mediação social carece de uma abordagem mais estruturada e contextualizada, capaz de contribuir para a transformação das dinâmicas escolares.

No texto da autoria de Lucas Laurentiis, Mônica Rios e Thatiane Machado, é dada importância à *Palavra do Professor: Reflexões sobre segurança escolar e cultura de paz no Projeto Égide*. O artigo apresenta um projeto implementado nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Campinas – São Paulo, e evidencia percepções de professores, coordenadores e gestores escolares, especialmente contratados, para promoverem a cultura de paz nas escolas da região. Das narrativas dos professores são evidenciadas quatro dimensões essenciais no seu interesse e compromisso com os objetivos do projeto: a motivação académica, a preocupação com a segurança escolar, a intersectorialidade e as parcerias e experiência profissional. Os autores concluem que as percepções dos professores entrevistados revelam a natureza complexa, cooperativa e multidimensional que a atuação nas escolas supõe, nomeadamente na promoção da segurança, da convivência e da paz nestas instituições educativas.

Patrícia Ribeiro, no artigo *SOS Centers – A importância da participação juvenil num projeto de prevenção de violência contra crianças e jovens*, descreve e avalia a implementação de um projeto europeu no contexto português. O projeto SOS Centers, desenvolvido em comunidades escolares e desportivas de quatro países europeus, foi experimentado em Portugal em dois agrupamentos escolares, envolvendo profissionais e alunos na prevenção da violência contra crianças e jovens. Adotando uma metodologia qualitativa e participativa de investigação-ação, o projeto focou-se na sensibilização e capacitação de profissionais e jovens líderes para serem agentes de prevenção da violência contra crianças e jovens, nomeadamente através da sensibilização de outros profissionais e jovens no contexto escolar. A avaliação das ações desenvolvidas evidencia que a metodologia participativa adotada foi adequada e os resultados foram muito positivos no desenvolvimento da liderança de jovens, na sensibilização e receptividade dos alunos para a prevenção da violência contra crianças e jovens e na sustentabilidade do projeto nas escolas onde foi implementado.

O artigo *Contributos para a avaliação de um projeto de mediação escolar: método SWOT*, da autoria de Márcia Aguiar, apresenta alguns resultados da implementação e avaliação do projeto “Mediação de conflitos: para uma convivência cidadã”, desenvolvido em quatro Agrupamentos de Escolas do distrito do Porto. O texto incide no método SWOT da avaliação realizada pelas mediadoras do projeto durante e no final da sua implementação, oferecendo uma perspetiva holística sobre os procedimentos e resultados alcançados e possibilitando a orientação e tomada de decisão fundada em evidência. Os resultados revelam a melhoria de competências socioemocionais e de mediação em alunos, docentes, não docentes e encarregados de educação, bem como o desenvolvimento da participação e consciência crítica dos participantes no programa. Todavia, subsiste a necessidade de potenciar a colaboração entre os diferentes agentes da comunidade educativa e a sustentabilidade destes programas nas escolas.

No artigo *Percepções dos estudantes do Ensino Superior português sobre conflitos interpessoais*, Patrícia Guiomar e Ana Maria Costa e Silva analisam as percepções de estudantes do ensino superior português

relativamente à natureza, frequência e causas dos conflitos interpessoais vivenciados em contexto acadêmico. Com base numa abordagem quantitativa, sustentada na aplicação de um inquérito por questionário a 770 estudantes, o estudo procura compreender como estes interpretam o fenómeno do conflito e identificar tendências relevantes para a sua gestão. Os resultados evidenciam uma perceção predominantemente negativa do conflito, muitas vezes associado a experiências indesejáveis que devem ser evitadas, apesar de a sua ocorrência ser considerada comum no quotidiano académico. Entre os principais fatores identificados na origem dos conflitos, destacam-se as diferenças de opinião, as faltas de respeito, as atitudes discriminatórias e os mal-entendidos, sendo a relação estudante-estudante percecionada como a mais geradora de conflitualidade. O estudo sublinha ainda o impacto das dinâmicas comunicacionais e das expectativas divergentes na intensificação das tensões interpessoais. Face a este cenário, as autoras defendem a necessidade de integrar, no ensino superior, estratégias de gestão construtiva de conflitos, nomeadamente através da promoção de competências comunicacionais e da implementação de práticas como a mediação, com vista ao fortalecimento das relações interpessoais, do bem-estar académico e da qualidade institucional.

No artigo *Práticas restaurativas e abordagens de justiça restaurativa em escolas e universidades*, da autoria de Cláudia Gigante, é feita uma análise, sustentada em revisão de literatura, às potencialidades e desafios das práticas restaurativas em contextos educativos, nomeadamente nas escolas e universidades. O texto reflete sobre diversas abordagens de justiça restaurativa, como os círculos restaurativos, a mediação de conflitos e conferências restaurativas, e seus efeitos na promoção da convivência, da equidade, da justiça, da inclusão e do sucesso educativo. Com base em estudos efetuados e literatura publicada (e respetiva análise de conteúdo da mesma), a autora conclui que as práticas restaurativas validam estratégias cooperativas e participativas de diálogo e aprendizagem com efeitos positivos e transformadores nos estudantes, na comunidade educativa e no clima escolar. São também reconhecidos alguns desafios à implementação e sustentabilidade destas práticas, associados à resistência cultural, à ausência de recursos e à falta de formação especializada e de políticas públicas facilitadoras da sua implementação.

Que os sete artigos deste dossiê possam constituir um convite à reflexão, à inovação e à ação, inspirando educadores, investigadores e mediadores a continuar a explorar caminhos que permitam transformar os inevitáveis conflitos da vida escolar e académica em oportunidades de encontro, aprendizagem e crescimento coletivo. Afinal, é precisamente no modo como aprendemos a lidar com as diferenças e os diferendos que se revela a maturidade democrática das nossas instituições educativas.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Elisabete Pinto da – *Mediação de conflitos na escola: da teoria à prática*. 1.ª ed. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2019. ISBN: 978-989-757-102-2.
- COSTA, Elisabete Pinto da, SILVA, Ana Maria Costa e, MARTINS, Alcina Manuela, LIMA, Louise, & MADUREIRA, Cristiana (Eds.) – *Mediação e Construção da Convivência e da Paz*. [Em linha]. Edições Universitárias Lusófonas, 2025. Disponível em <https://edicoes.ulusofona.pt/catalogo/ciencias-sociais-e-humanas/mediacao-e-construcao-da-convivencia-e-da-paz>.
- COSTA, Elisabete Pinto da, MARTINS, Alcina de Oliveira, & TORREGO, Juan Carlos – Efeitos interpessoais e sociais da implementação de um projeto de mediação escolar. *Educação Contemporânea*. [Em linha]. Vol. 28 (2021) 47-54. Disponível em <https://doi.org/10.36229/978-65-5866-116-0.CAP.07>.
- CUNHA, Sílvia – *Educação de qualidade: Contributos da convivência e mediação em contextos educativos formais*. Tese de doutoramento em Ciências da Educação, especialidade em Desenvolvimento Curricular. Braga: Universidade do Minho, 2025. Outubro de 2025. Disponível em <https://hdl.handle.net/1822/99695>.
- GARCIA ARISTA, Mari Luz Sanches – *Gestión positiva de conflictos y mediación en contextos educativos*. Madrid: Editorial Reus, 2016. ISBN 978-84-290-1935-3.
- GUIOMAR, Patrícia, & SILVA, Ana Maria Costa e – Mediação no ensino superior: uma revisão sistemática de literatura. *New Trends in Qualitative Research*. [Em linha]. Vol. 21, n.º 1 (2025a) 1-16. Disponível em <https://doi.org/10.36367/ntqr.21.1.2025.e1157>.
- GUIOMAR, Patrícia, & SILVA, Ana Maria Costa e – Developing conflict management skills in higher education IT students: impacts and challenges. *International Journal of Higher Education Pedagogies*. [Em linha]. Vol. 6, n.º 1 (2025b) 35-45. Disponível em <https://doi.org/10.33422/ijhep.v6i1.925>.
- IBARROLA-GARCÍA, Sara – Peer relationships: school mediation benefits for sustainable peace. *Pastoral Care in Education*. [Em linha]. Vol. 42, n.º 3 (2024) 290-317. Disponível em <https://doi.org/10.1080/02643944.2023.2244500>.

OCDE – *PISA 2022 results: learning during – and from – disruption*. [Em linha]. Vol. II. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em <https://read.oecd-ilibrary.org>.

ONU – *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, 2015. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org>.

SÁNCHEZ, Juan Manuel, & DOMÍNGUEZ, Karina Isabel – La influencia de la mediación en estudiantes mediadores: una estrategia educativa hacia la cultura de paz. *Eirene Estudios de Paz y Conflictos*. [Em linha]. Vol. 7, n.º 13 (2024), 119-142. Disponível em <https://doi.org/10.62155/eirene.v7i13.281>

SILVA, Ana Maria Costa e – Conflito(s) e mediação em contextos educativos. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*. [Em linha]. Vol. 18, n.º 1 (2010) 7-18. Disponível em <http://hdl.handle.net/2183/8406>.

SILVA, Ana Maria Costa e – Direito à diferença no ofício de professor e de aluno. A. Lopes et al. (orgs), *Trabalho docente e formação: políticas, práticas e investigação*. Porto: CIIIE, 2014, p. 4403-4414. ISBN 978-989-8471-13-0.

SILVA, Ana Maria Costa e, & CUNHA, Sílvia – Educating for sociability and learning for citizenship: developing communicational skills and mediation in educational contexts. *International Journal of Humanities Social Sciences and Education*. [Em linha]. Vol. 2, n.º 10 (2015) 16-23. Disponível em <https://hdl.handle.net/1822/41742>

TORREGO, Juan Carlos – *Modelo integrado de mejora de la convivencia: estrategias de mediación y tratamiento de conflictos*. 1.ª ed. Barcelona: Graó, 2006. ISBN 13: 971-84-7827-443-7.

TORREGO, Juan Carlos – *El plan de convivencia: fundamentos y recursos para su elaboración y desarrollo*. 1.ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 2008. ISBN 10: 8420668567.

TORREGO, Juan Carlos – *Estudio estatal de la convivencia escolar en centros de educación primaria*. [Em linha]. Madrid: Ministerio de Educación y Formación Profesional, 2023. Disponível em https://www.observatoriodelainfancia.es/oia/esp/documentos_ficha.aspx?id=8265.

TORREMORELL, Carmen Bouque – *Cultura de mediação e mudança social*. 1.ª ed. Porto: Porto Editora, 2008. ISBN 978-972-0-34174-7.

UNESCO – *Recomendação sobre a educação para a compreensão, cooperação e paz internacionais e a educação relativa aos direitos humanos e liberdades fundamentais*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 1974. Disponível em <http://direitoshumanos.gddc.pt>.

UNESCO – *Informe sobre educación y conflicto: una crisis encubierta*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em <https://doi.org/10.54676/ZPWD1103>.